

A “RUA DO ESQUECIMENTO”: A MEMÓRIA DOMINANTE NOS LOGRADOUROS CENTRAIS DE CAMPINA GRANDE-PB

João Paulo França¹⁹¹

Artigo recebido em: julho/2015

Artigo aceito em: agosto/2015

Resumo:

O presente trabalho tem por recorte espacial e temporal a cidade de Campina Grande, Paraíba, com enfoque na primeira metade do século XX. Por meio das fontes pesquisadas procuramos apresentar uma visão acerca do processo de nomeação e renomeação das ruas do núcleo central desta cidade. Compreendemos que o nome de uma rua registra no tempo e na memória as transformações sociopolítica e cultural de um lugar. São apontamentos da memória individual e coletiva. Nomear não é um processo “neutro”: tem “intenções” construídas por um determinado grupo social em um tempo histórico. De certo modo, as mudanças pelas quais passaram a cidade ficaram registradas nos nomes que foram conferidos às Ruas, demonstrando assim, um processo de transformação espacial e cultural.

Palavras-chave: Rua; Memória; História.

¹⁹¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Campus Avançado Parelhas. Membro do Grupo de Pesquisa em Informática Aplicada. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6950345011060260>.

Abstract:

This work is spatial and temporal clipping the city of Campina Grande, Paraíba, focusing on the first half of the twentieth century. Through the sources researched try to present a vision of the process of appointment and reappointment of the core streets of this city. We understand that the name of a street records in time and memory the socio-political and cultural transformations of a place. Are notes of individual and collective memory. Name is not a "neutral" process: it "intentions" built by a particular social group at a historic time. In a sense, the changes that passed the city were registered in the names that have been granted to the streets, thus demonstrating a process of transformation spatial and cultural.

Keywords: Street; Memory; History.

1. Introdução

O presente texto enfoca o processo de disputa no campo da memória no ato de nomeação dos logradouros centrais de Campina Grande, Paraíba, na primeira metade do século XX. De início é importante percebermos que nomear ruas e praças não é um mero ato de Governo distante do cotidiano. Na verdade, este processo passa pelo campo da disputa da “memória dominante” do lugar, onde podemos compreender o que se buscou lembrar e o que se procurou esconder (DE DECCA, 1981; SOUSA, 2001). Neste sentido, nomes de pessoas e datas foram enaltecidos, ao passo que outros nomes e grupos populares foram relegados ao esquecimento.

Exemplo desta afirmação pode-se perceber na nomenclatura da atual Rua Venâncio Neiva, no Centro de Campina Grande. Na origem deste logradouro os moradores apenas a conheciam como o “Beco imundo”, que juntava os detritos das ruas adjacentes, formando uma espécie de riacho sujo, o que levava os populares a nomear tal espaço físico de “Beco da Bosta” ou “Beco da Merda” (MACHADO,

1983, p. 6). Todavia, no início do século XX constata-se que a nomenclatura oficial passou a ser Rua José Precipício (PIMENTEL, 2011, p. 104)¹⁹².

Com certeza, os nomes mais populares não eram os que as autoridades e as camadas abastadas da sociedade gostariam de pronunciar quando se referissem a este espaço. Assear o ambiente e impor a nomenclatura de José Precipício também não contentou as autoridades, que acabaram por renomear o espaço com outro nome, no caso, “Rua Venâncio Neiva”, lembrando a memória do primeiro “Presidente do Estado (atual cargo de Governador) da Paraíba”, no período Republicano. Foi uma medida tomada para que se apagasse a “mácula” do nome que tinha aquela rua na boca dos moradores da cidade. Assim, a memória dominante hoje fala de Venâncio Neiva e não do nome popular de “Beco da Merda” para se referir a esta artéria central de Campina Grande.

Entendemos que para estudar as transformações pelas quais passou a cidade de Campina Grande durante o início do século XX, podemos partir do estudo de algumas de suas ruas, principalmente as centrais. Para isto, consultamos Maria Paula do Amaral Dick que apresenta algumas justificativas para este empreendimento:

A rua é ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia a dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas. (DICK, 1996. p. 133).

Percebe-se neste fragmento que, quando nos deparamos com o espaço da rua, estamos na verdade diante de algo praticamente incorporado a nossa vida, sem que, contudo, paremos para refletir sobre sua dinâmica e influência no dia a dia. Para a rua tudo converge e é na mesma onde encontramos uma das principais

¹⁹² Sobre esta mudança de nomes, faz menção RODRIGUES, 1996, p. 155. Nesta obra consta também a informação que o nome de José Precipício foi retirado da rua central da cidade, no caso, a atual Venâncio Neiva, e levado a nomear outra artéria no atual Bairro de Bodocongó, o que nos leva a indagar: a quem interessaria tal mudança? Este é mais um exemplo de disputa no campo da memória dominante dos logradouros.

características do mundo urbano, ou seja, a rapidez, a agitação, o barulho, enfim, as “marcas do triunfo da modernidade” (ARANHA, 2001, p. 249-317).

Desse modo, percebemos que o espaço da rua pode nos oferecer subsídios para a pesquisa histórica. Nesta perspectiva, consultamos, entre outras contribuições, a de Raquel Rolnik. Esta autora faz importantes considerações a respeito da História Urbana e enfatiza a atenção que o historiador deve ter com relação a este campo de investigação:

Contraopondo-se a noção de espaço à noção de território, há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território. O território é uma noção que incorpora a noção de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território (ROLNIK, 1992, p. 28).

Neste recorte é perceptível o quanto a autora buscou mostrar para o historiador que ele pode dispor do “Território” e do “Espaço” como *locus* importantes para o estudo da cidade. Segundo Raquel Rolnik, o espaço se assemelha a “um arquivo”, “um papel no arquivo”, “um registro”, e é por meio das vivências e apropriações dos sujeitos neste ambiente que o espaço deixa de ser um mero lugar “frio” e sem “vida”, para tornar-se um “Território”, construído a partir das diversas redes de sociabilidade que aí se forma.

Exemplo desta constatação é a atual Rua João Pessoa. Ao longo do dia aquele espaço é tomado por transeuntes, lojistas, camelôs, compradores e vendedores, enfim, cria-se o Território da Campina pujante do comércio. Todavia, ao cair da tarde e início da noite, quando as lojas fecham suas portas, àqueles grupos saem de cena e no mesmo espaço surgem novos Territórios, desta feita, construído por um público que tem na vida noturna “seu meio” de vida. Travestis e prostitutas usam das esquinas do mesmo espaço da Rua João Pessoa para construir suas redes de sociabilidade, seu ponto de encontro com a freguesia e com indivíduos de condição social semelhante. Emerge assim, um novo Território, diferente do

apresentado no mapa do urbanista e daquele do comércio lojista diurno. Temos aí o Território dos “amantes” da noite.

Acolhemos a diferenciação entre “espaço” e “territorialidade” e acrescentamos que uma das variáveis onde mais nitidamente está definida a construção da territorialidade é no espaço da rua. Segundo a própria Rolnik:

Uma rua para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (ROLNIK, 1992, p. 28).

Fica claro para Rolnik, que o espaço não deve ser visto apenas como o “espaço função”, mas deve ser compreendido, nas palavras da própria autora, como “marca, como expressão, como assinatura, como anotação das relações sociais e como cartografias destas relações” (ROLNIK, 1992, p. 28).

Com esta importante percepção, procuramos compreender o processo de nomeação e renomeação das ruas da cidade. No cotidiano os moradores e transeuntes nomeavam os espaços de uma determinada forma, geralmente atribuindo destaque para características físicas do logradouro, mas nem sempre estes nomes populares são os que triunfaram no processo de construção desta memória coletiva. Percebe-se que, as autoridades (re) nomearam os espaços de forma a fazer prevalecer sua memória ou a da camada social dominante, relegando ao esquecimento o que não lhes interessava.

2. Nomear é preciso...

Para melhor compreendermos a nomenclatura dos logradouros centrais do tempo presente em Campina Grande, Paraíba, fizemos o movimento buscando entender o que chamamos de “memória dominante” e que diz respeito ao que hoje conhecemos de nossa história e foi construído com o processo temporal por meio

das ruas. Os populares nomeiam o espaço e o Poder Público interfere de modo a estabelecer suas diretrizes, deixando aquilo que pretende ser lembrado e expurgando o que se almeja esconder ou renegar ao esquecimento. Como nos diz Tríssia Ordovás Sartori:

Para nomear é preciso fazer uso da língua e é através dela que se revelam as facetas do Poder. Segundo Trask (2004, p. 164), a língua pode ser usada como instrumento de pressão política e esse uso está longe de ser raro. Visivelmente, a língua pode ser usada quer para validar um grupo social ou entidade política, quer para negar sua validade (SARTORI, 2010, p. 70).

Determinadas nomeações das ruas de Campina Grande possuíram este pensamento intrínseco. Ao analisarmos os atos de escolhas de um nome próprio, de um enunciado ou até mesmo de palavras, compreendemos que isto não ocorre de forma aleatória, sempre há desejo e valores, ou seja, uma “intenção” por trás de cada significado. O espaço público, a partir do momento que é nomeado, contém a memória de um grupo que o ‘batizou’, ou de parte dos indivíduos deste grupo que fizeram prevalecer sua vontade, tornando-a ‘dominante’. Estabelece-se, desta forma, uma identidade que produz a significação do espaço, cuja denominação de alguma forma está inserida no contexto social, político ou mesmo cultural da Urbe.

Segundo Maria Vicentina do Amaral Dick, citando Marx, o nome dos lugares lança luz sobre a “evolução” das cidades e abrem novas perspectivas para o estudo da urbanização, da vida e do espaço urbano em geral. A história demonstra a importância dos nomes que se dão aos logradouros públicos. Esses registram no tempo e na memória a evolução sociopolítica e cultural de um lugar. São espelhos de uma época, registros da memória (DICK, 1992, p. 21).

A partir desta perspectiva, compreendemos que podemos estudar o Centro de Campina Grande a partir da nomenclatura de algumas ruas, pois isto não é um processo “neutro”: Tem “intenções” construídas em um determinado tempo histórico. Conferindo esta importância, Maria Helena Santos Gomes, nos diz que “podemos entender os topônimos como um elemento preservador da cultura

porque funciona como detonador da memória coletiva, além de ser entendido o seu lado útil, pois serve para localizar com mais facilidade ruas, avenidas, praças, etc.” (GOMES, 2005).

De certo modo, as mudanças pelas quais passaram a cidade ficaram registradas nos nomes que foram conferidos às ruas, demonstrando assim, um processo de transformação não só arquitetônico, mas da própria sociedade e sociabilidades vividas. Percebem-se os valores simbólicos que estão presentes nos enunciados que nomearam os logradouros de Campina Grande, o que não ocorre somente em espaços públicos, mas também no seio familiar e em outras esferas simbólicas. Nenhum nome se dá arbitrariamente: a ‘memória triunfante’ está intrínseca neste processo.

A construção desta memória se desdobra no triunfo de certa nomenclatura dos logradouros da cidade. Este processo se apresenta de forma explícita, como por exemplo, os Decretos de nomeação e renomeação das ruas. Mas pode ao mesmo tempo ser implícito, com a destruição de símbolos e a não perpetuação de imagens ligadas a um determinado grupo social.

3. O nome da rua: a disputa no campo da memória¹⁹³.

Pensemos no seguinte itinerário: Saindo da *Rua das Barrocas*, pela *Rua do Meio*, atravessando pela *Rua do Emboca*, subindo pelo *Beco dos Bêbados* até a *Rua das Gameleiras*, atravessando pelo *Beco do Atoleiro* até atingir a *Rua dos Armazéns*, de onde ao Norte pode-se ir pela *Rua das Areias* ou ao Sul pode-se ir pela *Rua da Cadeia* até a

¹⁹³ A temática em relação ao estudo da Toponímia (do Grego, *tòpos*, ‘lugar’, e *ònoma*, ‘nome’, ou seja, estudo dos nomes dos lugares) e uma de suas subdivisões Hodonímia (do Grego, *hodòs* ‘via, estrada’ e *ònoma*, ‘nome’, ou seja, o estudo dos nomes das ruas e praças) são campos de estudos bastante difundidos no campo das Letras. Contudo, ressaltamos que não faz parte do nosso objeto de estudo o aprofundamento na busca pela origem linguística das palavras que nomearam o espaço das ruas da cidade de Campina Grande. Nossa pesquisa nesta temática se reporta a busca dos nomes que tiveram os logradouros centrais da cidade ao longo do tempo, procurando compreender o processo de memória dominante que nos legou a nomenclatura atual. Em relação ao estudo da Toponímia ver: DICK, 1980 e DICK, 1996.

Rua do Rói Couro. Que ‘canseira para os pés’, uma verdadeira volta pelo Centro de Campina Grande!

Difícil de caminhar e, certamente, mais difícil se encontrar um morador de hoje que consiga dar conta de informar todo este percurso ao nobre leitor. Também não adianta buscar informações nas placas das ruas, ou nos mapas atuais. Isto se dá exatamente porque não foi esta, a nomenclatura acima, a dominante na memória das ruas da cidade. Os nomes que esquadrimos no nosso percurso, provavelmente, seriam bem mais conhecidos no início do século XX pelos habitantes de Campina Grande.

No dia a dia os moradores e transeuntes tem seus próprios códigos de comunicação e de compreensão da realidade. Sair de ‘sua’ rua e ir até outro endereço é algo que é facilitado pela nomenclatura extraoficial, baseada nas características físicas dos logradouros ou nas deficiências dos serviços públicos. Todavia, com seu olhar, o Poder Público interfere no cotidiano da rua e não unicamente, mas principalmente, pelo viés da nomeação dos logradouros e acaba por fazer prevalecer sua intenção ao longo do tempo.

Como o espaço físico, também o espaço da memória é disputado. As denominações pelas quais os populares nomearam os logradouros sofreram o processo de intervenção governamental. Mas, aí temos dois caminhos: ou o novo nome torna-se aceito e “cai na boca do povo”, ou é relegado ao esquecimento. Um exemplo típico é o famoso calçadão da cidade de Campina Grande. Cotidianamente, camelôs expõem seus produtos, velinhos se encontram e colocam o papo em dia, intelectuais fazem análises políticas, esportivas, culturais, etc. e transeuntes passam as centenas de um lado para o outro. Este espaço tem o nome oficial de “Rua Jimmy Oliveira”, contudo, para os usuários trata-se do “Calçadão”, simplesmente, ou do “Calçadão da Cardoso Vieira”, designação do prolongamento da rua.

De maneira especial os nomes dos espaços físicos não escapam do desejo de certa camada social, representada por políticos ávidos por nomear praças, ruas, viadutos, escolas, ou o que mais lhe for útil para garantir a perpetuação dos nomes de pais, parentes ou de famílias “influentes”. Desta forma, a própria nomenclatura

oficial sofre suas mudanças, ao sabor do grupo político que seja o dominante em determinado período. Exemplificando, podemos observar o percurso histórico da *Rua das Areias*.

Com certeza, este não seria o nome pelo qual o Poder Público desejava que fosse conhecida uma importante artéria do Município. Para os populares tratava-se de um lugar que predominava muita areia, mas que o poder local preferiu “batizá-la” com o pomposo nome de Rua Dr. João Leite. Com a morte do então presidente do Estado da Paraíba em 1930, cuidaram logo de mudar o nome desta artéria para Rua João Pessoa. Ressaltamos que em Campina mudaram apenas o nome desta rua e fizeram uma Praça com estátua em sua homenagem no mesmo espaço, mas, na capital cuidaram de mudar o próprio nome da cidade de Parahyba para João Pessoa, nome atual, além é claro da própria Bandeira do Estado, onde se mudou das cores “verde-e-branco” para o atual “rubro-negro”¹⁹⁴.

Observamos, desta maneira, que a camada dominante da sociedade e o Poder Público buscam fazer valer suas decisões por meio deste processo de triunfo da própria memória do grupo. O nome da rua se transforma em um importante campo de batalha da memória coletiva, onde se constrói e se perpetuam nomes, datas ou fatos da História local ou nacional. Daí, para Hortênsio de Souza Ribeiro só se dever prestar homenagens aos “mortos. Sim, porque, enquanto vivo, o cidadão pode com um gesto impensado comprometer uma bela vida, tornando-se alvo do desprezo dos que ainda há pouco pretendiam imortalizá-lo com estátua em Praça pública” (RIBEIRO, 1979, p. 118)¹⁹⁵.

Voltando ao período do início do século XX em Campina Grande, vejamos o caminho dos nomes que determinadas Ruas Centrais fizeram até chegar às denominações da atualidade. Passemos a palavra ao combativo cronista Cristino Pimentel:

¹⁹⁴ A estátua de João Pessoa foi em 1931 colocada na antiga “Praça do Algodão” (entre as ruas Marquês do Herval, João Leite e Sete de Setembro), que passou a chamar-se Praça João Pessoa. Todavia, em 1937 foi removida pelo prefeito Vergniaud Wanderley para a Praça Cel. Antonio Pessoa, no final da Rua Irineu Joffily, onde se encontra atualmente. (CÂMARA, 1998, p. 116 e p.127).

¹⁹⁵ Extraído do jornal **A Imprensa**, de 20 de dezembro de 1941.

Vila Nova da Rainha: Nome que nos transporta a época bisavorense em que Campina Grande era conhecida por esse título, e quando não se sonhava, ao menos, ser o que é hoje: viva ceara e laborioso cortiço de progresso (...)

Foi este bonito nome que administração atual, com justiça, dera a antiga Rua das Barrocas, em substituição ao de Rua do Oriente. Quase não valeu a pena a mudança por que o Dr. Pereira Diniz, tirou, da rua, o chapéu velho mas deixou as vestes sujas e dignas de lastima(...)

Quem por ali transita caminha com a cautela de quem passa numa capoeira cheia de barrancos. Tem-se a impressão que não estamos trilhando uma rua da Campina moderna, e sim uma artéria descuidada da antiga Vila Nova da Rainha (PIMENTEL,1935, s/p).

A pena de nosso cronista é bastante sutil ao saudar a mudança de nome deste logradouro, porém, o mesmo não deixa de fazer seu reclame no sentido de chamar a atenção para o estado físico da rua: buracos, matos, enfim, um cenário de um século antes, que mais lembraria a antiga Vila Nova da Rainha e não a “Campina moderna” e progressista.

Falta de calçamento, rua empoeirada no verão, lamacenta no inverno, e certamente, pelo fato de haver grande declive, as chuvas faziam valas por onde cresciam os matos. Esta não era uma paisagem que agradasse aos olhos de nossos cronistas e muito menos aos moradores de tal rua. Contudo, o melhoramento que a administração faz, nada mais é do que trocar o nome da rua, o que colabora para o processo de triunfo do nome Rua Vila Nova da Rainha até os dias atuais, mas não muda, a princípio, o estado de depreciação do espaço físico do logradouro.

Seguindo nesta linha de crítica do aspecto físico da rua por meio de sua nomenclatura, encontramos em diferentes momentos Cristino Pimentel fazendo referência a “Rua Visconde de Pelotas”, conhecida pelos populares por “Rua do Progresso”. Entre as três crônicas pesquisadas sobre esta rua, destacamos a seguinte fala de nosso cronista:

Por diversas vezes fiz ver ao Dr. Pereira Diniz a necessidade de dotar a Rua Visconde de Pelotas, conhecida de todos por Rua do Progresso, de meio fio e linha d'água, não só por ser aquela rua muito movimentada e muito vista, e contribui bastante para o erário Municipal, como também para dotá-la de um melhoramento que já passou, alias, das raias da necessidade e lhe fazer desfrutar com relevo, o verdadeiro nome de Rua do Progresso (PIMENTEL, s/d, s/p)¹⁹⁶.

O cronista se coloca como porta-voz dos moradores para legitimar sua crítica ao estado físico da rua. Utilizando-se dos argumentos que a mesma era movimentada e muito contribuía para o tesouro municipal, Cristino 'arremata' que esta artéria mereceria os melhoramentos cobrados para que pudesse desfrutar do verdadeiro nome de "Rua do Progresso". Na mesma coluna do Jornal *O Rebate*, no ano de 1935, o autor faz mais uma crônica com as seguintes palavras: "*Não tarde, com a "roupa" da Rua do Progresso. Se não puder lhe vestir um fraque, vista-lhe um linho, contanto que não a deixe nua como se acha*" (PIMENTEL, 1935, s/p).

A rua agora não é apenas um espaço físico de casas e transeuntes, ela é um corpo que está nu, perante o "progresso". Inspirado por Balzac, o qual afirmava que as *Ruas de Paris nos dão impressões humanas*, João do Rio compreendia que *são assim as Ruas de todas as Cidades, com vida e destinos iguais aos do homem* (RIO, 2007, p. 30). Encontramos em Campina Grande Cristino Pimentel que também imprime vida a rua, como o mesmo ressalta, "*as ruas teem um que de humano e precisam de luz, asseio e roupa engomada, para não corarem de pejo diante dos olhos curiosos dos visitantes*" (PIMENTEL, s/d, s/p). O "corpo" da rua precisa de uma boa aparência, com iluminação, limpeza e calçamento para que não se envergonhe, não fique "vermelha" igual ao ser humano quando em situação embaraçosa perante a curiosidade alheia¹⁹⁷.

¹⁹⁶ PIMENTEL, *Cousas da cidade. s/d., s/p.* Determinadas crônicas, a exemplo desta, de Cristino Pimentel foram pesquisadas e fotocopiadas pelo historiador Fábio Gutemberg a partir do acervo particular do próprio cronista e dispostas no (SEDIR/CH/UAHG/UFCG). Desta forma, encontramos recortes de jornais que muitas vezes não é possível identificar qual o órgão que o publicou ou mesmo as referências em relação a datação, por isto, as abreviaturas *s/d* – sem data- e *s/p* – sem página.

¹⁹⁷ Entre as várias formas de enxergar as almas das ruas cariocas, João do Rio nos diz: *Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras,*

Não adianta o leitor contemporâneo procurar a Rua Visconde de Pelotas, ou mesmo a Rua do Progresso. Esta artéria foi literalmente “riscada” do mapa na grande reforma arquitetônica do Prefeito Vergniaud Wanderley nos anos 1940. Igual a um “corpo” que morre e seus órgãos podem servir em outro corpo, a Rua do Progresso foi “aberta” para a passagem da principal Avenida de Campina na atualidade, a Av. Floriano Peixoto na altura da Praça da Bandeira. Se os moradores foram desterritorializados, o que dizer de nosso cronista, árduo defensor do progresso e da rua homônima?

Em diversos períodos da história campinense, a terminologia das ruas mencionadas na nossa caminhada hipotética inicial foi mudada. De nomes simples “batizados” pelos populares, os logradouros passaram a ter nomes de personalidades, em sua maioria não da história local, e sim nomes de presidentes, governadores ou de generais do país, como por exemplo, a citada “Avenida Floriano Peixoto”, inicialmente conhecida como Rua da Matriz, mas renomeada para homenagear o segundo presidente da República (1891-1894). No Centro da cidade podemos ainda citar a Rua Francisco Brandão Cavalcanti, engenheiro, que teve o nome modificado na década de 1930 para Rua Miguel Couto e posteriormente para “Rua Getúlio Vargas”, igualmente ao Estádio do Treze F.C., construído na década de 1940, ambos nomeados para homenagear o Presidente e Ditador do Estado Novo no Brasil, nos períodos de 1930-1945 e 1950-1954 (MACHADO, 1983, p. 7).

Nomear as ruas homenageando personalidades locais era o desejo do atento cronista Cristino Pimentel. Vejamos a coluna “Cousas da Cidade” de *O Rebate*:

Chega aos meus ouvidos a notícia de que o prefeito Pereira Diniz, pretendia baixar um decreto mudando os nomes de diversas ruas da cidade, escolhendo para substituí-los outros nomes de filhos e lutadores desaparecidos do convívio serrano e amistoso dos habitantes da gleba(...) Apoio e dou o meu expressivo carinho ao campinense nato a esse gesto de relevante significação. Por que vem arrancar da densa floresta do

infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... Vede a Rua do Ouvidor. É a fanfarrona em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo (...). (RIO, 2007, p. 30).

esquecimento muitos nomes que trabalharam pelo progresso material e intelectual da terra querida (PIMENTEL, s/p. s/d.).

A rua aqui mais uma vez não é apenas um plano físico arquitetônico. Lugar privilegiado na boca do povo que todos os dias sai de casa à procura de armazéns, profissionais liberais, bares e bodegas, com certeza, nomeá-la não só facilita a vida de quem procura por alguns desses serviços. O nome particulariza o que se torna homogêneo no meio urbano, os espaços ladeados de casas e o ambiente para a locomoção, também acaba por ter esta função de “arrancar da densa floresta do esquecimento” os nomes dos indivíduos que passaram pela terra.

Nossa passagem terrena é lembrada por um determinado número de gerações que presenciaram ou ouviram falar das ações que realizamos, mas, certamente, chega o momento que o cronista tanto teme: o esquecimento por parte das novas gerações. Assim, na mesma crônica Cristino Pimentel se apressa em apresentar nomes que, na sua visão, deveriam ser resgatados do esquecimento:

Dirá minha pena e minha boca a S. S. que, Lino Gomes da Silva, João da Silva Pimentel, João Vieira (vulgo João Carga d'água), Belmiro Barboza Ribeiro. Dr. José de Vasconcelos, Dr. José Pereira Gondim, Idelfonso Souto Maior, João Lorenço Porto, João Maria de Souza Ribeiro, Probo da Silva Camara, Sulpino Colaço, José Dias da Costa (Vulgo Zé Precipicio), Lindolfo de Albuquerque Montenegro, João de Sá, José Alves Sobrinho (poeta e jornalista), Manoel de Barros (vulgo Neco de Barros) e Manoel Felix, foram vultos que, em vida, algo fizeram de útil à terra onde viveram e morreram:- cuja história pouca gente conhece, porque no remoto tempo em que desenvolveram as suas faculdades energias em prol da amada terra, Campina Grande não possuía o grau que possui hoje de interesse pelos feitos dos homens (PIMENTEL, s/p. s/d.)

Muitos dos nomes citados pelo cronista foram em seguida ou anos depois agraciados com a nomeação de alguma rua, como é o caso de Lino Gomes da Silva que nomeia hoje a avenida de acesso do Bairro de São José ao Parque do Povo e Centro da cidade. Este homem das letras era alguém que as camadas dominantes gostariam de perpetuar na memória. Entretanto, o João Vieira, mulato, participante

do movimento popular do Quebra-quilos no século XIX, não foi lembrado até 1996, data do *Memorial Urbano de Campina Grande* que estamos usando como referência para localizar os nomes das Ruas da cidade (RODRIGUES, 1996). Este era um nome que deveria continuar na “floresta densa do esquecimento”, pois era perigoso para aquela determinada camada social dominante.

De tanto observar as “Cousas da Cidade” e também a questão da nomenclatura das ruas, encontramos outros letrados campinenses tentando tirar da “floresta do esquecimento” o nome do cronista Cristino Pimentel. Desta forma, em reportagem de 25 de dezembro de 1983, sobre a antiga “Rua do Açude Novo”, hoje “Rua 13 de Maio”, no Centro, o articulista, professor Severino Machado do *Jornal Diário da Borborema*, nos diz que:

O nome desta Rua quase não se justifica e bem mereceria, para a glória de Campina, que fosse mudado para CRISTINO PIMENTEL: o mais campinense que a Princesa Isabel e sua Abolição. Está na hora de se fazer justiça à memória deste campinense que contou toda vida da cidade em seus livros e centenas de crônicas. A lei existe, só falta a Câmara acionar o projeto de mudança, é uma bela ideia, não uma polêmica! (MACHADO, 1983, p. 5).

Passados mais de cinquenta anos dos reclames de Cristino Pimentel, ainda encontramos homens de letras nos anos 1980 que têm esta visão que o nome da rua perpetua homens e fatos relegados ao esquecimento pelas gerações seguintes. Precavido, Severino Machado já compreende que não seria fácil retirar de uma rua a memória do 13 de Maio, dia da assinatura da lei Áurea pela Princesa Isabel, para colocar o nome de um cronista da ‘terra’. Com exceção dos aproximados das letras e da memória, provavelmente a grande maioria dos moradores da cidade nunca ouviram falar a respeito de Cristino Pimentel, relegado hoje a “densa floresta do esquecimento” coletivo.

Se os nomes de letrados como Cristino Pimentel são esquecidos no processo de nomeação de logradouros, o que dizer dos populares que também não eram lembrados para ‘batizar’ as ruas? Até os próprios nomes populares destas

foram sendo alterados com o passar do tempo, com a imposição da memória dos grupos políticos e sociais dominantes.

Voltando aos lugares propostos em nossa caminhada inicial neste item, podemos compreender as mudanças de nomes das ruas. Desta forma, a “Rua das Barrocas”, consagrada pela historiografia local como núcleo original de Campina Grande, foi rebatizada de “Rua Vila Nova da Rainha”, lembrando o nome que a cidade teve quando de sua elevação a categoria de Vila em 1790. Já a terceira rua da cidade (a segunda foi a Rua da Matriz), a Rua do “Meio”, foi renomeada de “Rua Afonso Campos”, homenageando um político da oposição local nos anos iniciais do século XX que morou neste logradouro (CÂMARA, 1998).

Situação como o desemboque do gado vindo do Seridó e do Sertão e passava por uma determinada rua, fez com que os populares denominassem tal espaço de “Rua do Emboca”, pois aí as boiadas passavam com destino aos currais que ficavam onde hoje se localiza a Feira Central. Este nome popular foi substituído pelo nome de Rua Peregrino de Carvalho, fazendo prevalecer à memória do “herói” esquartejado no movimento de 1817 (PIMENTEL, 2011, p. 50 e RODRIGUES, 1996).

Peculiares são também os becos, que hoje se transformaram em ruas, como é o caso do Beco de Neco Belo, sinônimo de Beco de Zé de Quinca ou mais conhecido como “Beco dos Bêbados”. Neste espaço, os populares tinham seu local de divertimento e, certamente, tomavam muitas cachaças, principalmente na venda de “Zé de Quinca”, onde predominava uma freguesia formada por pintores de parede, afinal, a “Casa Feliz” em 1932 vendia tintas, e obviamente, muita “cana”. Em dia de feira o número de caídos era maior, “quase não se podia dormir”, com a passagem de bêbados que vinham daquela espécie de “sindicato dos desgraçados”. Contudo, o nome oficial deste Logradouro não faz referência aos bêbados de outrora, mas a “Rua Cavalcanti Belo” lembra o folião dos carnavais do início do século, falecido, em 1918 (MACHADO, 1983, p. 5).

Não poderia ser diferente em relação à disputa pela memória triunfante do que foi considerado o “coração da cidade” no início do século XX: a “Rua Grande”,

também poderia ser conhecida como a “Rua da Feira”, “Rua das Gameleiras” ou “Rua do Seridó”. Se estes nomes populares não triunfaram, também os próprios nomes oficiais foram sendo trocados. A princípio, este espaço foi designado de “Rua da Independência”, “Rua Uruguaiana” e “Praça Epitácio Pessoa”. Após muitas picaretadas e trocas de estética e nomes, chegou-se enfim a nomenclatura de “Rua Maciel Pinheiro”, paraibano do século XIX, que foi Promotor Público, Juiz e Jornalista. Para as camadas mais abastadas era um nome bem mais aceitável, apesar dos populares preferirem a alcunha de “Rua Grande” em virtude das inúmeras atividades sociais e comerciais que aconteciam naquele espaço (PIMENTEL, 2011, p. 25).

Se tudo que aconteceu em Campina Grande a Rua Maciel Pinheiro foi testemunha, muitas das ações históricas se desenrolaram no espaço vizinho de uma estreita artéria que por anos ficou conhecido como “Beco” de diferentes nomes. Os populares identificavam facilmente o “Beco do Atoleiro”, ou “Beco-da-onça”, por causa da onça aí exposta para caça-níqueis. Foi conhecido também por “Beco do Jogador de Espadas”, por motivo óbvio, em determinado tempo havia um casal que jogava espadas em troca de 200 réis em dias de feiras aos sábados. Do mesmo modo este ambiente foi nomeado como o “Beco do Hotel de Zé Bernardino”, casa “higiênica” onde cavalos e homens ficavam “muito próximos”. Havia os populares que conheciam o espaço como o “Beco do Açougue”, e o “Beco do 31”, em virtude do Bloco carnavalesco com sede aí. Certamente tais nomes populares não vingaram, e o poder público tratou de nomear este logradouro de “Rua da Independência”, mudando em seguida para a terminologia triunfante: “Rua Monsenhor Sales”, pároco de Campina Grande por muitos anos, desde sua chegada em 1885 até o falecimento em 1927 (PIMENTEL, 2011, p. 87).

Continuando nosso percurso, chegamos a “Rua dos Armazéns”, onde era depositado muito do “ouro branco” (algodão) de Campina Grande. Os populares se referiam a este espaço como “Rua Nova”, “Rua do Comércio” e “Praça do Algodão”. Como o Poder público não fica apenas no plano das condições físicas do logradouro, tratou logo de nomear este logradouro de “Rua Barão da Passagem”, modificando depois para a memória que triunfou de “Rua Marquês do Herval”,

militar do século XIX, que não tinha, a princípio, nenhuma ligação com a história local, destacando-se na Guerra do Paraguai e como Ministro da Guerra (MACHADO, 1983, p. 7).

Certamente, muitos dos transeuntes e moradores desta rua tinham a mesma sensação de Mário de Andrade, que certa vez afirmou: *Nesta Rua Lopes Chaves envelheço e, envergonhado, nem sei quem foi Lopes Chaves* (RODRIGUES, 1996, p. 5). Cremos não ser motivo de “vergonha” não saber quem é o personagem histórico do nome da rua, mas, com certeza, poucos conheciam, ou mesmo hoje, sabem a história das ruas por onde circulam. Mesmo o nome fazendo parte da memória dominante, não significa que o conhecimento histórico acompanhe tal empreitada.

Saindo da Rua Marquês do Herval e adentrando a “Rua da Cadeia” ao lado do “Largo da Luz”, somos informados pelas fontes, que este espaço foi conhecido por um tempo como “Rua Major Belmiro”. Com a demolição da cadeia em 1936, os nomes populares foram substituídos pelo nome oficial de Praça Clementino Procópio, professor que viveu na Vila América, no Bairro do São José em Campina Grande entre o fim do século XIX e início do Século XX. Os populares passaram a chamar a Praça de “Praça do Jacaré”, por causa de um pequeno animal que foi crescendo até ser retirado daquele ambiente. Assim, hoje triunfou o nome oficial de Clementino Procópio (MACHADO, 1984, p. 7).

Por fim, chegamos ao lugar para onde foi alocado o meretrício de Campina Grande em meados do século XX. A denominação oficial de Rua Juvino de Sousa do Ó, certamente, era bem desconhecida no início do século XX, quando Juvino do Ó construiu 36 casas e as alugou para “prostitutas”. Os populares conheciam este espaço por “Rua do rói couro”. Com a Revolução de 1930, a denominação foi mudada para “Rua 04 de outubro”, data da vitória dos Liberais em Campina Grande. Conjecturamos que este nome não foi usado pelos populares, que continuaram a chamar a rua pela sua alcunha de “rói couro”. Depois a designação voltou a ser “Rua Juvino do Ó”, um nome bem mais “familiar” e aceitável pelo Poder público, que mais uma vez fez prevalecer sua memória dominante por meio da nomenclatura da rua (MACHADO, 1983, p. 7).

Chegamos desta forma, ao fim do roteiro que propomos inicialmente: Saindo da *Rua Vila Nova da Rainha*, pela *Rua Afonso Campos*, atravessando pela *Rua Peregrino de Carvalho*, subindo pela *Travessa Cavalcanti Belo* até a *Rua Maciel Pinheiro*, atravessando pela *Rua Monsenhor Sales* até atingir a *Rua Marquês do Herval*, de onde ao Norte pode-se ir pela *Rua João Pessoa* ou ao Sul pode-se ir pela *Praça Clementino Procópio* até a *Rua Major Jovino do Ó*. Pois bem! A canseira para os pés continua, afinal é uma grande volta pelo de Centro de Campina Grande, porém, certamente o leitor encontrará tal nomenclatura nas placas, afinal, foi esta a memória que triunfou e foi dominante até esta data de 2015 nas ruas centrais de Campina Grande.

Compreendemos que o simples ato de aposição de uma placa para indicar o nome de uma rua não é um ato deslocado, alheio a realidade das vivências e territorialidades da Urbe. Paradoxalmente, ela pode até conter certa falta de conhecimento (em relação ao morador não saber quem foi Maciel Pinheiro, por exemplo), mas até mesmo nisso estão ocultos interesses do ponto de vista histórico e são importantes para a compreensão das relações sociais e da memória que foi triunfante por meio da nomeação e renomeação dos logradouros.

4. Considerações Finais

Após a possibilidade de caminhada por um tempo de meio século, reiteramos que as ruas foram um palco privilegiado para a compreensão das vivências de Campina Grande no período de 1900 a 1950. Analisando as transformações das nomenclaturas pelos quais os logradouros passaram, foi possível identificar algumas das mudanças de hábitos e práticas de sociabilidade dos moradores da cidade em diferentes momentos históricos dentro do recorte temporal e espacial.

Caminhar pelas Ruas das metrópoles hoje, igualmente a investigar as mudanças do espaço urbano e as implicações destas alterações na vida dos moradores não é algo fácil, e novos desafios sempre se impõem à pesquisa histórica. Em cada esquina, a cada cruzamento, nas praças e jardins da Urbe, múltiplas

vivências e encontros se dão todos os dias entre indivíduos que, com suas particularidades resignificam os ambientes e criam territórios para si e para seus grupos. Todavia, não é sempre que encontramos de forma clara estes territórios, pois muitos sujeitos históricos atuaram para enaltecer, ou em sentido contrário, silenciar os indivíduos de determinadas camadas sociais e seus territórios.

Diante deste quadro, podemos perceber que o historiador tem um trabalho árduo, todavia, muito importante, no sentido de tentar captar esta multiplicidade de sentidos e formas da cidade moderna e de seus habitantes, tornando possível aos contemporâneos compreenderem um pouco das lógicas urbanas. Entretanto, analisar e dar sentido a estas, interpretando um período longínquo, não é uma jornada fácil, por isto, este trabalho teve seu papel redimensionado, no sentido de lançar luzes com possibilidades de conhecimento do passado de Campina Grande através do ambiente “concreto” e ao mesmo tempo “simbólico” das ruas.

Ao longo deste trabalho apresentamos uma possibilidade de leitura de como os cronistas, autoridades, técnicos e populares viviam esta espécie de jogo permanente, esta relação de poderes, que se desenvolviam em cenários muito concretos, no caso, no espaço das ruas, becos, praças e jardins da ‘Rainha da Borborema’ na primeira metade do século XX.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. Visões da modernidade urbana: A experiência Nortista. In: **Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e região: Tramas Políticos-Econômicos e Práticas Culturais (1880-1920)**. Doutorado em História, Unicamp, Campinas, 2001, p. 249-317.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

DE DECCA, Edgar Salvadori, **1930 - O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos.** Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1980.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos.** São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

_____. O nome da rua. In: **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897.** São Paulo, 1996.

GOMES, Maria Elena Santos. **Toponímia: Sentido e memória na denominação das Ruas na cidade de Tangará da Serra – MT.** Tangará da Serra: UEMT, 2005.

MACHADO, Severino. Revista Tudo. In: **Jornal Diário da Borborema.** Campina Grande, 1983 - 1984.

PIMENTEL, Cristino. **Abrindo o livro do passado.** 2ª Ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. **Vultos e fatos.** João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas – Crônicas.** São Paulo, Ed. Martin Claret, 2007.

ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? In: **Cidade e história.** FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A F. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo: ANPUR, 1992.

RODRIGUES, José Edimilson et al. **Memorial Urbano de Campina Grande. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande.** João Pessoa: A União, 1996.

SARTORI, Tríssia Ordovás. **Ruas de minha cidade- um estudo hodonímico.** Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, Caxias do Sul, UCS, 2010.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. Introdução. In: **Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945.** Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.